



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Avenida Sibipirunas, Nº 155 - Bairro Nossa Senhora de Fátima - CEP 38780-000 - Vazante - MG - www.tjmg.jus.br
Quadra I

EDITAL Nº 03 - TJMG 1ª/VZE - COMARCA/VZE - ADM. FÓRUM

SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EXISTENTES E QUE VIEREM A SURTIR NO PRAZO DE VALIDADE DESTA SELEÇÃO NA COMARCA DE VAZANTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

A Dra. Ana Beatriz Cruz de Oliveira, Diretora do Foro da Comarca de Vazante/MG, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 13, III da Portaria-Conjunta nº 297, de 05 de julho de 2013, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG, torna pública a abertura de inscrições para a seleção pública para provimento de vagas que vierem a surgir no prazo de validade desta seleção de estagiários do curso de graduação em Direito na Comarca de Vazante do Estado de Minas Gerais, incluída a seleção dos estagiários que atuarão na Única Vara, Juizados Especiais, nos termos deste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Poderão participar da seleção pública de estudantes do curso de graduação em Direito, nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e da Portaria-Conjunta nº 297, de 2013.

1.2 A seleção pública será executada e acompanhada pela MM. Juíza de Direito e Diretora do Foro e pelos servidores José Rodovalho de Resende, Sandra Gonçalves dos Santos e Leonardo Caixeta.

1.3 A jornada de atividades do estágio é de 6 (seis) horas diárias, a ser cumprida em horário de funcionamento da Justiça de Primeira Instância, sendo os horários de início e de término da jornada definidos pelo responsável da área de lotação do estagiário.

1.4 O estagiário fará jus ao recebimento de bolsa de estágio que, atualmente, possui o valor de R\$1.333,00 (um mil trezentos e trinta e três reais) e, também, de auxílio-transporte, em pecúnia no valor de R\$ 231,00 (duzentos e trinta e um reais), valores que podem ser alterados mediante Portaria do Presidente do Tribunal de Justiça.

1.5 A participação na presente seleção pública é aberta aos estudantes do curso de Direito interessados que cursam a partir do 3º período do curso, sendo que a admissão do candidato aprovado está condicionada ao cumprimento de requisitos quanto a período acadêmico mínimo e máximo para ingresso e à comprovação da regularidade documental do convocado.

1.6 A duração do estágio não excederá a 2 (dois) anos, observando-se os critérios de prorrogação contratual estabelecidos pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

2. DAS VAGAS

2.1 A seleção pública é destinada ao provimento de vagas de estágios e à formação de cadastro de reserva para as vagas que surgirem durante o período de validade da Seleção Pública, a serem distribuídas na Secretaria do Juízo, ou Gabinete do Juiz, a critério da Direção do Foro.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão realizadas no período compreendido entre **07 DE MAIO DE 2024 A 29 DE MAIO DE 2024**, das 12h00min às 18h00min (horário de Brasília), no Fórum Prefeito Otávio Pereira Guimarães, situado na Avenida das Sibipirunas nº 155 – Nossa Senhora de Fátima – Vazante, na secretaria do juízo.

3.2 O estudante deverá comparecer ao local da inscrição munido de carteira de identidade e do cadastro de pessoa física (CPF), ou enviar e-mail ao endereço eletrônico vzcadm@tjmg.jus.br, encaminhando a ficha de inscrição e cópia digitalizada de documento oficial com foto.

3.3 Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional ou extemporânea, assim como por via postal, fax ou correio eletrônico ou outro meio que não o estabelecido neste Edital.

3.4 Não haverá cobrança de taxa de inscrição.

3.5 No período correspondente às inscrições, os candidatos que possuírem certificado de tempo de atividade como conciliador voluntário nos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais deverão apresentá-lo.

4. DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA, COTAS RACIAIS E DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS:

4.1 Os candidatos com deficiência, inscritos nesta modalidade, que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pelo inciso VIII do artigo 37 da Constituição da República, de 1988, bem como pelo artigo 37 do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alterações posteriores, que regulamenta a Lei nº 7.853, 14 de outubro de 1989, e pela Lei Estadual nº 11.867, 28 de julho de 1995, é assegurado o direito de concorrer às vagas reservadas, conforme estabelecido neste Edital.

4.2 Nos termos da Lei Estadual nº 11.867, de julho de 1995, 10% (dez por cento) das vagas existentes e das que vierem a surgir ou que forem criadas, dentro do prazo de validade deste certame serão reservadas aos candidatos portadores de deficiência aprovados na Seleção Pública regida por este Edital.

4.3 O percentual de vagas para os candidatos inscritos como portadores de deficiência será sempre arredondado quando resultar de um número fracionário, sendo que, se este for uma fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), o arredondamento será feito para o número inteiro subsequente; e, se a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos), para o número inteiro anterior.

4.4 A quinta, a décima quinta, a vigésima quinta vagas e assim sucessivamente, são destinadas a deficientes, no prazo de validade da seleção pública.

4.5 Aos candidatos negros, serão reservadas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas, nos termos da Resolução nº 336, do Conselho Nacional de Justiça.

4.6 A reserva de vagas de que trata o inciso 4.5, será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no processo seletivo for igual ou superior a 3 (três). No caso de não preenchimento total das vagas mencionadas no inciso 4.5, aquelas que remanescerem serão revertidas para o sistema universal de vagas.

4.7 Para concorrer às vagas reservadas, o candidato deverá declarar-se com deficiência e/ou ser negro, no momento da inscrição.

4.8 O candidato que se declarar com deficiência e/ou negro concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos, de acordo com a legislação aplicável e o previsto neste edital.

4.9 Para fins de identificação da deficiência, adotar-se-á definição contida no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamentou a Lei nº 7.853, de 14 de outubro de 1989, com as alterações advindas do Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, bem como a Súmula 377 do STJ.

4.10 Caso não existam candidatos com deficiência e/ou negros classificados em número suficiente para preenchimento das vagas existentes e que vierem a surgir no prazo de validade da seleção pública, serão convocados estudantes da lista geral.

4.11 Os estudantes com deficiência que necessitam de condição especial para a realização da prova deverão solicitar a referida condição quando da inscrição.

4.12 O candidato que por alguma razão necessitar de condições especiais para a realização das provas, deverá apresentar no Fórum Prefeito Otávio Pereira Guimarães, na Avenida das Sibipirunas nº 155 – Nossa Senhora de Fátima - Vazante/MG, 05(cinco) dias úteis anteriores à data de realização das provas, requerimento por escrito,

datado e assinado, indicando as condições de que necessita para a realização das provas e as razões de sua solicitação.

4.13 A concessão das condições diferenciadas fica condicionada à possibilidade técnica de atendimento examinada pela Direção do Foro.

4.14 A não solicitação de condições especiais para a realização da prova, conforme disposto neste Edital, implicará a não concessão destas ao candidato, não lhe cabendo qualquer reivindicação a esse respeito no dia da prova ou posteriormente, seja qual for o motivo alegado.

4.15 Os candidatos aprovados na seleção pública que se declararam deficientes deverão apresentar, quando da contratação, atestado médico original que tenha sido expedido em, no máximo, noventa dias a contar da data de entrega, no qual conste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao CID.

4.16 A critério do TJMG, quando da admissão, o candidato deficiente poderá ser submetido à perícia médica oficial, a ser realizada pela Gerência de Saúde no Trabalho – GERSAT.

4.16.1 A critério da Direção do Foro, poderão ser convocados magistrados e/ou servidores, lotados no setor ou órgão que receberá o estagiário deficiente, para compor comissão multidisciplinar.

4.16.1.1 Caberá à Direção do Foro (ou Comissão Multidisciplinar indicada) a análise da compatibilidade da deficiência com as atividades de estagiário.

4.16.2 O candidato, que se declarou deficiente quando da inscrição, mas que após a análise do atestado médico e/ou da perícia médica não foi considerado deficiente será excluído da respectiva lista de classificação, passando a figurar apenas na lista geral.

4.16.3 O candidato com deficiência que for reprovado na perícia em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atividades previstas para a vaga oferecida permanecerá na lista até eventual surgimento de vaga compatível com sua deficiência, observado o prazo de validade da seleção pública.

4.16.3.1. Constatada a incompatibilidade da deficiência com qualquer vaga de estágio oferecida pelo Tribunal de Justiça, o candidato será excluído das listas de classificação.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS SOBRE A INSCRIÇÃO

5.1 O TJMG exime-se de responsabilidade sobre quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas, inexatas ou incompletas fornecidas pelo candidato na Ficha de Inscrição.

5.2 A Ficha de Inscrição é intransferível.

6. DA SELEÇÃO

6.1 A seleção pública para preenchimento das vagas de estágio na Comarca de Vazante e as que vierem a surgir, durante o prazo de validade do certame, serão composta de 3 (três) etapas, todas elas de caráter eliminatório e classificatório.

6.2 A etapa I será composta por 6 (seis) questões objetivas.

6.3 A etapa II será composta por 1 (uma) questão discursiva

6.4 As etapas I e II serão realizadas de forma simultânea no dia 04 de junho de 2024, às 08:00 horas, com duração de 2 (duas) horas, no endereço: Avenida Sibipirunas, 155, Nossa Senhora de Fátima. Vazante/MG.

6.5 A etapa III será composta por entrevista, conforme os seguintes critérios de pontuação:

6.5.1 Postura, desenvoltura e apresentação pessoal

6.5.2 Experiências anteriores

6.5.3 Conhecimento jurídico, conforme conteúdo programático

6.6. A etapa III será realizada no dia 06 de junho de 2024, às 14:00 horas, na Avenida Sibipirunas, 155, Nossa Senhora de Fátima. Vazante/MG pelo Gerente de Secretaria, Sr. José Rodovalho de Resende.

6.7 Em nenhuma hipótese haverá prorrogação do tempo de duração das provas, respeitando-se as condições previstas neste Edital.

6.7.1 Em nenhuma hipótese será permitido ao candidato prestar as provas fora da data, do horário estabelecido ou do local determinado.

6.8 Os candidatos deverão comparecer ao local designado para a realização das provas com, no mínimo, 15 (quinze) minutos de antecedência do horário fixado para o seu início.

6.8.1 O candidato deverá comparecer munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta e do comprovante de inscrição.

6.9 Será obrigatória a apresentação de documento de identidade oficial com foto, que permita a identificação segura do candidato e com prazo de validade vigente, para a realização das provas.

6.9.1 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação, pelos Corpos de Bombeiros Militares e pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público, que, por lei, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo com foto).

6.9.2 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento; CPF; títulos eleitorais; carteiras de motorista (modelo sem foto); carteiras de estudante; carteiras funcionais sem valor de identidade; documentos ilegíveis, não - identificáveis e/ou danificados.

6.10 Não será admitido o ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para seu início.

6.11 O candidato somente poderá deixar a sala mediante consentimento prévio, acompanhado de um fiscal ou sob a fiscalização da equipe de aplicação de provas.

6.12 As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre os candidatos ou a utilização de aparelhos eletrônicos (beep, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, palmtop, notebook, receptor, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio do tipo databank, gravador, pager, etc.), livros, anotações e similares.

6.13 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não comparecimento implicará a eliminação automática do candidato.

6.14 Será eliminado o candidato que:

- a) tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, aplicadores ou autoridades presentes;
- b) estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas a esta Seleção Pública, por qualquer meio, durante a realização da(s) prova(s);
- c) usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros;
- d) portar arma no local de realização das provas, ainda que de posse de documento de licença para o respectivo porte;
- e) portar, mesmo que desligados ou fizer uso, durante o período de realização das provas, de qualquer equipamento eletrônico ou de instrumentos de comunicação interna ou externa;
- f) fizer uso de livros, códigos, manuais, impressos e anotações;
- g) registrar a identificação em quaisquer das provas, em local diverso do indicado para tal finalidade.

6.15 O candidato não poderá danificar a prova, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de sua correção.

6.16 Será considerada nula a prova que possuir qualquer forma de identificação do candidato fora do lugar especificamente indicado para tal finalidade.

7. DA ATUAÇÃO COMO CONCILIADOR VOLUNTÁRIO

7.1 À atuação como conciliador voluntário nos Juizados Especiais pelo período mínimo de 06 (seis) meses será atribuído 01(um) ponto.

7.2 O candidato que atuou como voluntário nos Juizados Especiais deverá entregar a declaração no ato da inscrição, nos termos do item 3.5 deste Edital.

8. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1 A nota final será obtida pela soma da nota alcançada nas etapas I, II e III com a alcançada em razão da atuação de conciliador voluntário.

8.1.1 A etapa I será atribuído o valor de 0 (zero) a 30 (trinta) pontos.

8.1.2 A etapa II será atribuído o valor de 0(zero) a 40 (quarenta) pontos.

8.1.3 A etapa III será atribuído o valor de 0(zero) a 30 (trinta) pontos.

8.4 Será considerado aprovado no certame o candidato que obtiver, ao menos, 60 (sessenta) pontos ao final.

8.5 A classificação será efetuada por ordem decrescente do total de pontos obtidos pelos candidatos.

8.6 Caso haja empate, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- a) tiver idade igual ou superior a 60 anos, conforme art. 27, parágrafo único da Lei 10.741/2003;
- b) tiver maior idade;
- c) sorteio.

8.7 Os classificados serão convocados, durante o prazo de validade da seleção, à medida que surgirem vagas, seguindo-se a ordem de classificação.

8.8 A classificação final será divulgada em duas listas, contendo a primeira a classificação de todos os candidatos, inclusive a dos candidatos com deficiência, e a segunda somente a classificação destes últimos.

8.5.1 A classificação final será divulgada no dia 21 de junho de 2024, no saguão do Fórum desta Comarca.

9. DOS RESULTADOS E DOS RECURSOS

9.1 Caberá interposição de recurso fundamentado dirigido à Direção do Foro e contra as seguintes decisões:

- a) indeferimento de condição diferenciada;
- b) classificação final, desde que se refira a erro de cálculo da pontuação obtida.

9.2 O prazo para a interposição dos recursos a que se refere o item 9.1 deste Capítulo será de 02 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação do objeto do recurso.

9.3 Os recursos mencionados no item 9.1 deste Capítulo deverão ser apresentados à Direção do Foro da Comarca de Vazante/MG em 02 (duas) vias e deverão ser entregues na Secretaria do juízo desta Comarca.

9.4 Os recursos deverão ser entregues ou enviados em um envelope, tamanho ofício, fechado, identificado externamente em sua face frontal com os seguintes dados: Seleção Pública para estágios, Ref. Recurso contra (citar objeto do recurso), nome completo e número de inscrição do candidato.

9.5 Não serão conhecidos os recursos:

- a) interpostos coletivamente;
- b) sem a devida fundamentação;
- c) intempestivos;
- d) com a identificação do candidato no corpo da petição, ou seja, em local não indicado para tal finalidade.

9.6 A decisão sobre o deferimento ou indeferimento dos recursos a que se refere este Capítulo será divulgada no Atrio do Fórum da Comarca de Vazante/MG.

9.7 A decisão terá caráter terminativo e não será objeto de reexame.

10. DA CONVOCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DAS VAGAS

- 10.1 O preenchimento das vagas que vierem a ocorrer até o período de validade da seleção pública será realizado de acordo com a ordem de classificação, observado o turno disponível para estágio, registrado na ficha de inscrição, considerada a conveniência administrativa.
- 10.2 Os candidatos com deficiência serão convocados de acordo com a respectiva lista de classificação, observado o disposto no Capítulo 4 deste Edital, ressalvada a hipótese de melhor classificação na lista geral de candidatos.
- 10.3 A convocação para o preenchimento das vagas de estágios na Comarca de Vazante/MG será realizada mediante contato telefônico e envio de e-mail.
- 10.3.1 Serão considerados para convocação os telefones e e-mail registrados pelo estudante quando da inscrição, sendo de responsabilidade do candidato manter atualizados os dados.
- 10.4 Todas as tentativas de contato por telefone e por e-mail com os candidatos serão registradas pela comarca.
- 10.5 Caso a jornada de estágio seja incompatível com o horário de atividade escolar ou a vaga de estágio exija período superior ao cursado pelo estudante, o candidato permanecerá na lista de classificação até o surgimento de vaga compatível, observado o prazo de validade da seleção pública.
- 10.6 Será remanejado para o final da lista de aprovados o candidato que:
- a) Não se encontrar regularmente matriculado, no momento da admissão, no período mínimo exigido para o estágio;
 - b) não for localizado em razão de tentativas fracassadas de contato por endereço eletrônico e telefone;
 - c) requerer se remanejamento para o final da lista de classificação;
 - d) após ser convocado, não comparecer na Administração do Foro da Comarca de Vazante, no prazo de 02 (dois) dias úteis.
 - e) recusar a vaga oferecida.
- 10.6.1 Os candidatos serão remanejados para o fim da lista de aprovados uma única vez.
- 10.7 O candidato que desistir formalmente do estágio será excluído da lista de classificação.
- 10.8 Após ser convocado, o estudante deverá comparecer ao Fórum da Comarca de Vazante/MG no prazo de 02 (dois) dias.
- 10.9 Aceita a vaga para a qual foi convocado, o candidato aprovado terá 03 (três) dias úteis para providenciar e apresentar a documentação necessária para o ingresso nas atividades de estágio, a saber:
- a) cópia da carteira de identidade e do cadastro de pessoa física do estudante;
 - b) declaração original da instituição de ensino superior, contendo informação sobre a matrícula, a frequência regular e o período cursado;
 - c) declaração do estudante indicando agência e conta corrente, em estabelecimento bancário definido pelo TJMG, para depósito dos valores relativos à bolsa de estágio e ao auxílio-transporte;
 - d) declaração do estudante informando se é parente, até o terceiro grau, inclusive, de magistrado do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais ou de servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento;
 - e) em se tratando de estudante deficiente, atestado médico original de que conste a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao CID, expedido em até noventa dias antes da data de sua entrega.
- 10.10 Será eliminado da seleção pública o candidato que recusar-se a observar as condições estipuladas pelo TJMG.
- 10.11 Durante o período de validade da seleção pública, o candidato aprovado deverá manter seus dados cadastrais (e-mail, telefone, endereço, horários disponíveis para realização do estágio, etc) atualizados junto à Direção do Foro, sendo de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização dos dados pessoais.

11. DA CONDIÇÃO PARA INÍCIO DAS ATIVIDADES

11.1 O candidato aprovado na seleção pública e convocado para preencher a vaga ingressará no Programa de Estágio do TJMG por meio de celebração de Termo de Compromisso de Estágio, no qual estarão estabelecidas as condições para a realização do estágio, nos termos da Portaria-Conjunta nº 297 de 2013 do TJMG.

12. DA VALIDADE DA SELEÇÃO PÚBLICA

12.1 A seleção pública terá validade de 06 (meses) a partir da divulgação do resultado, podendo ser prorrogado a critério da Direção do Foro da Comarca, por igual período.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Todas as divulgações oficiais referentes ao concurso serão feitas no Átrio Fórum da Comarca de Vazante/MG e via e-mail.

13.2 É vedada a realização de estágio por estudante que possua vínculo profissional ou de estágio com advogado ou sociedade de advogados, que seja policial civil ou militar e que seja titular de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal.

13.2.1 Aplica-se à contratação de estagiário no âmbito do TJMG o disposto no Enunciado Administrativo nº 7, do Conselho Nacional de Justiça, de 21 de junho de 2007.

13.3 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das regras da Seleção Pública, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais comunicados ou instruções específicas para a realização do certame, acerca dos quais não poderá alegar desconhecimento.

13.4 A realização do estágio não estabelece vínculo empregatício do estudante com o TJMG.

13.5 O acompanhamento da divulgação deste Edital e de comunicados relacionados à Seleção Pública é de responsabilidade exclusiva do candidato.

13.6 Não serão aceitas apresentação de documentos ou a interposição de recursos via fax, telex, telegrama, correio eletrônico, ou outro meio não especificado neste Edital.

13.7 Os prazos estabelecidos neste Edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de quaisquer recursos ou documentos após as datas e em desacordo com as formas estabelecidas neste Edital.

13.8 Para contagem do prazo de apresentação de documentos e interposição de recursos, excluir-se-á o dia da divulgação e incluir-se-á o último dia do prazo estabelecido neste Edital, desde que dia útil na Comarca, sendo prorrogado, em caso contrário, para o primeiro dia útil subsequente.

13.9 A comprovação da tempestividade da apresentação de documentos e de recursos será feita pela data do protocolo de recebimento.

13.10 Os recursos deverão ser apresentados de uma única vez, não se admitindo complementação, suplementação, inclusão e/ou substituição durante ou após os prazos estabelecidos neste Edital.

13.11 Informações e orientações referentes à Seleção Pública poderão ser obtidas na Administração do Foro da Comarca de Vazante/MG.

13.12 O resultado final da seleção pública será homologado pela Juíza Diretora do Foro.

13.13 A constatação, a qualquer tempo, de irregularidade, inexatidão de dados ou falsidade de qualquer declaração implicará, ainda que homologado o concurso, a anulação da inscrição do candidato, bem como de todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

13.14 As ocorrências não previstas neste edital e os casos omissos serão resolvidos pela Direção do Foro da Comarca e, em última análise, pelo Superintendente da EJEF.

13.15 O presente edital será publicado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>) e afixado no átrio do Fórum local.

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO

1 Direito Civil

1. Direito de Família. 2. Parentesco. 3. Poder Familiar. 4. Alimentos. 5. Lei 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

2 Direito Penal e Direito Processual Penal

1. Medidas Protetivas – Violência Doméstica (Lei 11.340/2006). 2. Acordos de Não Persecução Penal – ANPP (Decreto-Lei 3.689/1941 – Código de Processo Penal). 3. Transação Penal (Lei 9.099/1995). 4. Suspensão Condicional do Processo (Lei 9.099/1995). 5. Prisão em flagrante (Decreto-Lei 3.689/1941 – Código de Processo Penal).

ANEXO II CRONOGRAMA

INSCRIÇÕES	07/05/2024 A 29/05/2024
APLICAÇÃO DA PROVA - ETAPAS I E II	04/06/2024
ENTREVISTA - ETAPA III	06/06/2024
DIVULGAÇÃO DO CADERNO DE PROVA E GABARITO PRELIMINAR	05/06/2024
RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO PRELIMINAR	06/06/2024
RESULTADO DOS RECURSOS E PUBLICAÇÃO DA LISTA DE APROVADOS	17/06/2024
RECURSOS CONTRA CONTAGEM DE PONTOS PELO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE CONCILIADOR VOLUNTÁRIO E CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO	19/06/2024
RESULTADO FINAL	21/06/2024

Em 24 de abril de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Cruz de Oliveira, Juiz(a) de Direito**, em 07/05/2024, às 18:59, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **18889871** e o código CRC **4CCD3F9B**.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Justiça da 1ª Instância

Comarca de Vazante

Fórum Prof. Otávio Pereira Guimarães – Avenida Sibipirunas nº155, Nossa Senhora de Fátima – Vazante – Minas Gerais - CEP. 38780-000 – Telefax: (34) 3813-1226

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO

Seleção para estágio na Comarca de Vazante

Número de inscrição: _____

1. DADOS PESSOAIS:

Nome: _____

CPF: _____ Identidade: _____

Nome do Pai: _____

Nome da Mãe: _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Estado Civil: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____

Telefone Fixo: _____ Telefone Celular: _____

E-mail: _____

2. FORMAÇÃO ACADÊMICA:

Instituição de Ensino: _____

Período do curso: _____ Turno: _____

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

3.1 Disponibilidade de horário para estágio: _____

3.2 Área de interesse para estágio: _____

3.3 Se já fez estágio, informar onde e quais as atividades desenvolvidas:

3.4 Portador de deficiência: SIM () NÃO ()

3.5 Se autodeclara negro: SIM () NÃO ()

3.6 Deseja concorrer às vagas destinadas aos negros: SIM () NÃO ()

3.6 Necessita de condições especiais para a realização da prova: SIM () NÃO ()

Em caso afirmativo, qual (is): _____

3.7 Atuou como conciliador voluntário em Juizado Especial: SIM () NÃO ()

Declaro, sob as penas da lei que as informações acima são verdadeiras.

Vazante, _____ de _____ de 2024

(assinatura do candidato)